

Contas Nacionais Trimestrais Por Setor Institucional (Base 2011)

2º Trimestre de 2015

Capacidade de financiamento da economia situou-se em 1,3% do PIB

A economia portuguesa registou uma capacidade de financiamento de 1,3% do PIB no ano terminado no 2º trimestre de 2015, menos 0,6 pontos percentuais (p.p.) que no trimestre anterior. Este comportamento refletiu a diminuição da poupança corrente da economia (variação de -2,0%), determinada por um crescimento do rendimento disponível inferior ao aumento da despesa de consumo final, observando-se ainda um aumento da formação bruta de capital.

A capacidade de financiamento das Famílias diminuiu para 2,1% do PIB no ano acabado no 2º trimestre de 2015 (menos 0,6 p.p. que no trimestre anterior). A taxa de poupança fixou-se em 5,0% (menos 0,8 p.p. do que no trimestre anterior), traduzindo o maior aumento do consumo privado comparativamente ao do rendimento disponível das Famílias (variações de 1,0% e 0,1%, respetivamente, no ano terminado no 2º trimestre de 2015). A formação bruta de capital da economia aumentou 1,9% enquanto a taxa de investimento das Sociedades Não Financeiras estabilizou em 20,4% do PIB.

A necessidade de financiamento das Administrações Públicas (AP) reduziu-se, passando de 7,1% do PIB no ano acabado no 1º trimestre de 2015 para 6,4% no ano acabado no 2º trimestre de 2015. Estes saldos estão significativamente influenciados pelo registo da capitalização do Novo Banco como transferência de capital no 3º trimestre de 2014. Não considerando médias móveis de 4 trimestres, o défice das AP situou-se em 4,7% do PIB no primeiro semestre de 2015, menos 1,5 p.p. que no período homólogo de 2014.

Os resultados apresentados correspondem à versão preliminar das Contas Trimestrais por Setor Institucional (CTSI) do 2º trimestre de 2015.

Os agregados de Contas Nacionais estão expressos exclusivamente em termos nominais.

Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos que a seguir se apresentam, referem-se ao ano acabado no trimestre de referência, o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares. Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação

em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano terminado no trimestre precedente.

Refira-se que os resultados relativos a 2013 têm agora uma natureza final, estando disponíveis dados detalhados por ramo de atividade e por setores institucionais, que implicaram revisões face aos dados anteriormente disponíveis (ver final deste destaque).

Além dos quadros em anexo a este destaque, é possível aceder a informação adicional na área de Contas Nacionais do Portal do INE:

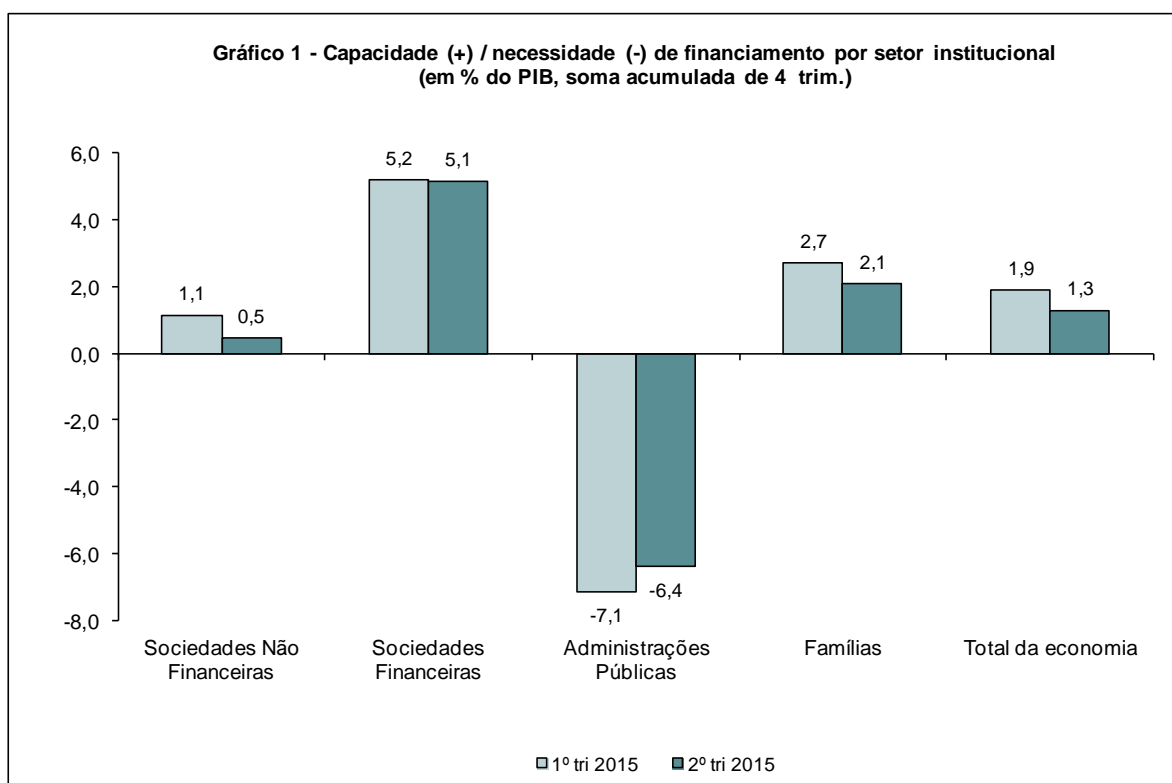
http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais

Capacidade de financiamento da economia fixou-se em 1,3% do PIB

A economia Portuguesa registou uma capacidade de financiamento de 1,3% do PIB no 2º trimestre de 2015, menos 0,6 pontos percentuais (p.p.) que no trimestre anterior. Esta evolução deveu-se à diminuição da poupança bruta, tendo a despesa de consumo final aumentado mais que o rendimento disponível bruto. O crescimento do rendimento disponível bruto refletiu sobretudo o aumento nominal do PIB. O saldo externo de bens e serviços diminuiu para 0,4% do PIB (menos 0,2 p.p. que no trimestre anterior), tendo as exportações e as importações aumentado 1,8% e 2,4%, respetivamente.

O gráfico 1 apresenta a evolução da capacidade (+)/necessidade(-) de financiamento da economia por setor institucional. A necessidade de financiamento das Administrações Públicas (AP) diminuiu 0,7 p.p., fixando-se em 6,4% do PIB. Esta diminuição reflete sobretudo a diminuição das despesas com transferências de capital (taxa de variação de -15,5%) e o aumento da receita proveniente de impostos sobre a produção e a importação, que registou uma taxa de variação de 1,8%.

Para o total dos restantes setores da economia, a capacidade de financiamento diminuiu para 7,6% do PIB no 2º trimestre de 2015, observando-se reduções dos saldos das Sociedades não financeiras e das Famílias em -0,6 p.p. do PIB em ambos os casos.



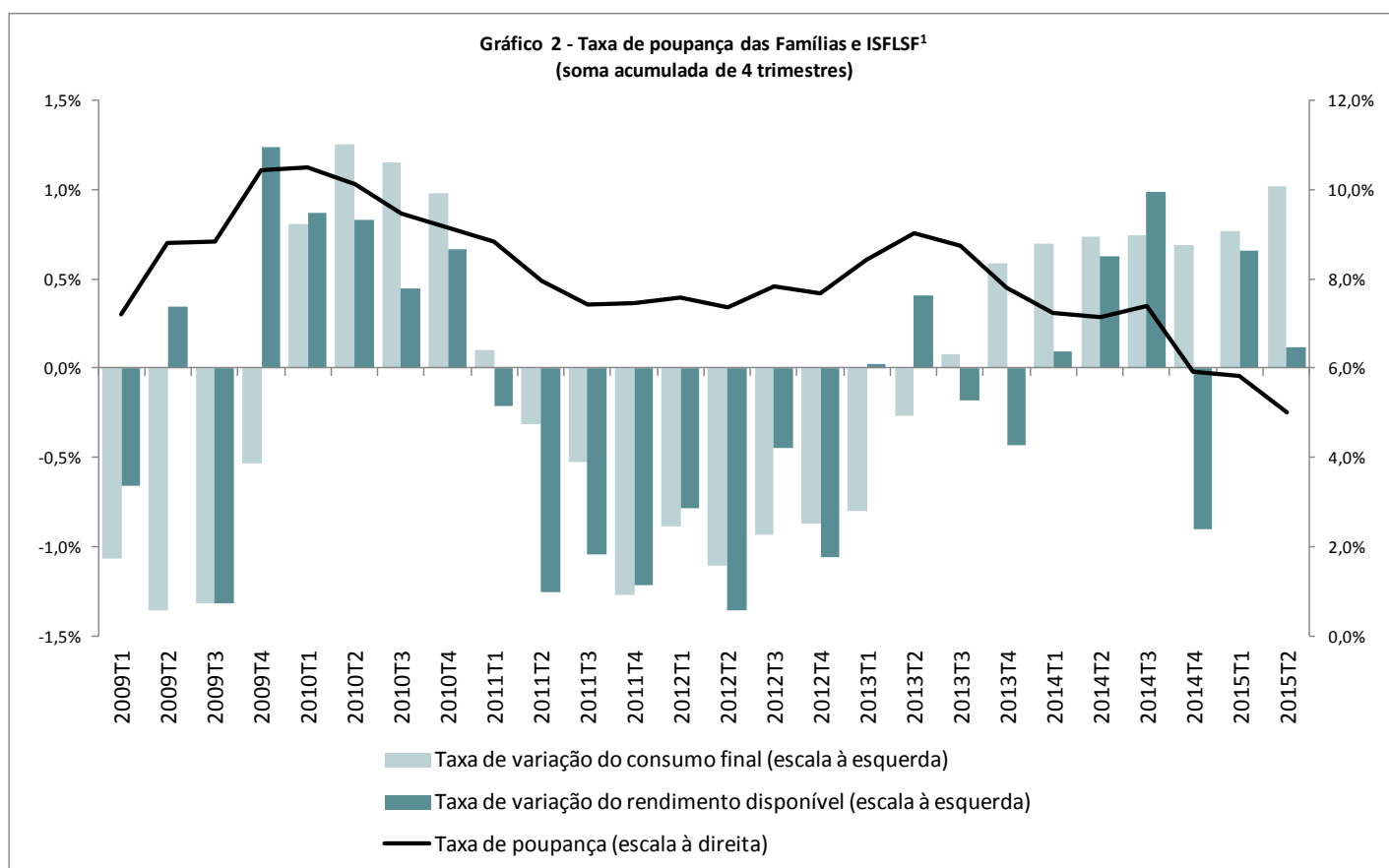
**Famílias: a capacidade de financiamento
diminuiu para 2,1% do PIB**

A capacidade de financiamento das Famílias diminuiu para 2,1% do PIB no ano acabado no 2º trimestre de 2015 (2,7% no trimestre anterior). Para este resultado contribuiu sobretudo a redução da poupança corrente, traduzindo um aumento da despesa de consumo final (taxa de variação de 1,0%) superior ao aumento do rendimento disponível (variação de 0,1%). Deste modo, a taxa de poupança diminuiu para 5,0% do rendimento disponível (5,8% no trimestre anterior). A redução da capacidade de financiamento das Famílias foi ainda influenciada pelo aumento de 1,2% da Formação Bruta de Capital.

O crescimento reduzido do rendimento disponível (taxa de variação de 0,1%) resultou do efeito conjugado da

diminuição dos rendimentos de propriedade recebidos e do aumento das contribuições sociais pagas, que compensaram o crescimento das remunerações recebidas. Como se pode observar no quadro 1, que decompõe a taxa de variação do rendimento disponível, as remunerações explicam 0,4 p.p. da taxa de variação registada para o rendimento. Os rendimentos de propriedade recebidos pelas Famílias registaram uma diminuição de 2,3%, a par de um aumento das contribuições sociais pagas de 1,1%, no 2º trimestre de 2015.

O quadro 2 descreve a composição do rendimento disponível das Famílias, com as remunerações a representarem 63,4% do rendimento disponível no 2º trimestre de 2015.



¹ Corresponde ao código S1M, nos ficheiros Excel em anexo, incluindo as famílias propriamente ditas e as instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias

Quadro 1: Contributos para a variação percentual do rendimento disponível das Famílias e ISFLSF (p.p., soma acumulada de 4 trimestres)

	Remunerações	Excedente bruto de Exploração / Rendimento Misto	Rendimentos de propriedade líquidos recebidos	Prestações sociais líquidas de contribuições, excluindo Transf. sociais em espécie	Transferências líquidas recebidas	Impostos	Rendimento Disponível
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = (1)+...+(5) - (6)
2010T2	0,5	0,2	0,4	0,3	0,1	0,6	0,8
2010T3	0,3	0,2	-0,2	0,1	-0,2	-0,2	0,4
2010T4	0,0	0,0	0,4	0,0	0,5	0,2	0,7
2011T1	-0,3	-0,1	0,0	0,2	0,2	0,2	-0,2
2011T2	-0,6	-0,2	-0,7	0,0	0,0	-0,1	-1,3
2011T3	-0,6	-0,2	0,0	0,0	0,1	0,2	-1,0
2011T4	-1,1	-0,1	0,0	0,2	0,1	0,4	-1,2
2012T1	-0,7	0,0	-0,1	0,4	-0,4	0,0	-0,8
2012T2	-1,9	0,1	0,1	0,6	-0,1	0,2	-1,4
2012T3	-0,8	0,1	0,0	0,2	-0,2	-0,2	-0,4
2012T4	-1,6	0,2	-0,1	0,1	-0,1	-0,4	-1,1
2013T1	0,0	0,1	0,6	0,3	0,1	1,0	0,0
2013T2	0,0	0,1	0,2	0,3	0,0	0,1	0,4
2013T3	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,6	-0,2
2013T4	0,7	0,1	-0,3	-0,1	0,4	1,2	-0,4
2014T1	-0,2	0,2	0,1	-0,1	0,2	0,1	0,1
2014T2	0,7	0,2	0,1	-0,5	0,1	0,1	0,6
2014T3	0,5	0,2	0,2	0,4	0,1	0,4	1,0
2014T4	-0,7	0,1	-0,1	-0,5	-0,2	-0,4	-0,9
2015T1	0,4	0,1	0,1	-0,2	0,2	0,0	0,7
2015T2	0,4	0,0	-0,1	-0,1	0,0	0,0	0,1

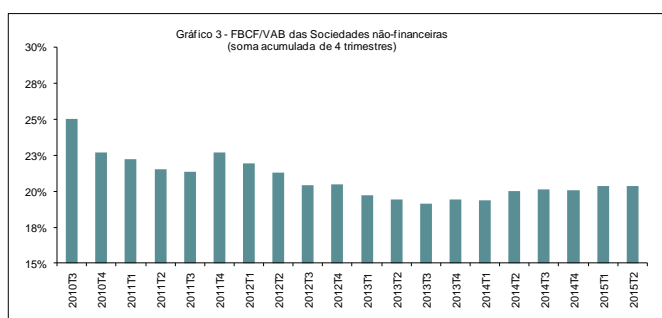
Quadro 2: Peso percentual das componentes do rendimento disponível das Famílias e ISFLSF (% , soma acumulada de 4 trimestres)

	Remunerações	Excedente bruto de Exploração / Rendimento Misto	Rendimentos de propriedade líquidos recebidos	Impostos	Prestações sociais líquidas de contribuições sociais, excluindo Transf. sociais em espécie	Transferências líquidas recebidas
2010T1	65,9	24,5	7,8	-7,1	5,6	3,2
2010T2	65,8	24,5	8,1	-7,6	5,9	3,3
2010T3	65,8	24,5	7,9	-7,3	6,0	3,1
2010T4	65,4	24,3	8,2	-7,5	5,9	3,6
2011T1	65,2	24,3	8,2	-7,7	6,2	3,8
2011T2	65,5	24,5	7,6	-7,7	6,3	3,9
2011T3	65,5	24,5	7,7	-8,0	6,3	4,0
2011T4	65,3	24,7	7,8	-8,5	6,6	4,1
2012T1	65,0	24,9	7,7	-8,6	7,1	3,8
2012T2	64,0	25,3	8,0	-8,8	7,8	3,8
2012T3	63,5	25,5	8,0	-8,7	8,0	3,6
2012T4	62,5	26,1	8,0	-8,4	8,3	3,5
2013T1	62,5	26,1	8,6	-9,4	8,5	3,7
2013T2	62,2	26,1	8,8	-9,4	8,8	3,6
2013T3	62,4	26,2	8,8	-10,1	8,9	3,7
2013T4	63,4	26,4	8,6	-11,3	8,8	4,1
2014T1	63,1	26,6	8,7	-11,4	8,7	4,3
2014T2	63,4	26,7	8,7	-11,4	8,2	4,3
2014T3	63,3	26,6	8,8	-11,6	8,6	4,3
2014T4	63,2	27,0	8,8	-11,3	8,1	4,2
2015T1	63,1	26,9	8,9	-11,2	7,9	4,4
2015T2	63,4	26,9	8,8	-11,1	7,8	4,4

Sociedades Não Financeiras: capacidade de financiamento representa 0,5% do PIB

A capacidade de financiamento das Sociedades Não Financeiras fixou-se em 0,5% do PIB no ano terminado no 2º trimestre de 2015, menos 0,6 p.p. que no trimestre anterior. A redução da capacidade de financiamento deste setor refletiu sobretudo a diminuição das transferências de capital recebidas e o aumento das remunerações pagas (taxa de variação de 0,8%). A diminuição das transferências de capital recebidas reflete um efeito de base associado ao financiamento realizado pelo Estado a empresas públicas de transporte, classificadas no setor institucional das Sociedades Não Financeiras, no 2º trimestre de 2014, que se dissipou por completo no trimestre atual. Descontando este efeito extraordinário, a capacidade de financiamento das Sociedades Não Financeiras permaneceria estável em 0,5% do PIB, nos dois trimestres de 2015.

A taxa de investimento (medida através do rácio entre a Formação Bruta de Capital Fixo e o VAB) estabilizou em 20,4%.



Sociedades Financeiras: capacidade de financiamento atingiu 5,1% do PIB

No 2º trimestre de 2015, o setor das Sociedades Financeiras apresentou uma capacidade de financiamento de 5,1% do PIB, o que compara com

5,2% no trimestre anterior. Refira-se que o saldo do ano terminado no 2º trimestre de 2015 está afetado pelo registo da capitalização do Novo Banco ocorrida no 3º trimestre de 2014, como transferência de capital do setor das AP para o setor das Sociedades Financeiras (ver secção sobre revisões no final do destaque). A diminuição simultânea dos rendimentos de propriedade pagos e recebidos, em 5,8% e 4,7%, respetivamente, determinou a estabilização do saldo dos rendimentos de propriedade e da capacidade de financiamento do setor. As remunerações pagas pelas sociedades financeiras mantiveram uma trajetória decrescente, apresentando uma taxa de variação de -1,6% (diminuíram 0,5% no ano terminado no 1º trimestre de 2015). A poupança corrente do setor aumentou 0,5%, devido sobretudo ao crescimento do VAB (1,4%).

Setor das Administrações Públicas: défice diminuiu 0,7 p.p.

A necessidade de financiamento do setor das AP registou uma diminuição de 0,7 p.p. no ano terminado no 2º trimestre de 2015, relativamente ao ano terminado no trimestre anterior, atingindo 6,4% do PIB. A diminuição da necessidade de financiamento resultou do efeito conjugado do aumento de 0,8% da receita e de uma redução de 0,7% da despesa (ver quadros 3 e 4).

Do lado da receita, verificou-se um acréscimo nas duas componentes, receitas correntes e receitas de capital, destacando-se o aumento das receitas com impostos sobre a produção e importação, bem como das contribuições sociais. Em sentido contrário, observou-se uma redução das outras receitas correntes.

A diminuição da despesa foi em grande medida determinada pela diminuição da despesa de capital, e, em menor grau, pela diminuição das despesas com subsídios e juros.

A redução da despesa de capital é sobretudo explicada pelo já referido efeito de base associado ao financiamento realizado pelo Estado a empresas públicas de transporte, classificadas no setor das Sociedades não Financeiras, no 2º trimestre de 2014, tendo o respetivo efeito sobre o saldo acumulado do setor desaparecido no trimestre atual.

As restantes componentes da despesa corrente aumentaram, evidenciando-se o aumento do consumo intermédio e das despesas com pessoal.

Refira-se que o saldo do ano terminado no 2º trimestre de 2015 reflete o registo da capitalização do Novo Banco ocorrida no 3º trimestre de 2014, com impacto negativo no setor das Administrações Públicas (ver secção sobre revisões no final do destaque).

Tomando como referência valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP situou-se em

cerca de -1.669,9 milhões de euros no 2º trimestre de 2015, correspondente a -3,7% do PIB. No mesmo trimestre do ano anterior o saldo tinha atingido -6,6% do PIB (-2.900,1 milhões de euros). Conforme se observa no quadro 5, verificou-se um aumento da receita e uma diminuição da despesa, destacando-se em particular os aumentos da receita com impostos sobre a produção e importação (7,7%), e com as contribuições sociais (5,0%). Na despesa salienta-se a redução da despesa de capital (-40,1%) decorrente da diminuição das transferências de capital face ao período homólogo.

O quadro 6 sintetiza os principais ajustamentos para a passagem do saldo em contabilidade pública para o saldo em contabilidade nacional. No conjunto do 1º semestre de 2015, o saldo global das AP fixou-se em -4.092,9 milhões de euros, correspondendo a -4,7% do PIB (-6,2% do PIB em igual período do ano passado). Comparando o 1º semestre de 2015 com o semestre homólogo verificou-se uma melhoria do saldo tanto em contabilidade pública como em contabilidade nacional, sendo mais significativo no último caso.

Registo da capitalização do Novo Banco

Como oportunamente referido, se não ocorresse a venda do Novo Banco num espaço de um ano, o registo da capitalização seria efetuado de acordo com o caso geral, previsto pelo Manual do Défice e da Dívida das Administrações Públicas, quando estas efetuam uma injeção de capital numa empresa pública.

Em consequência, atendendo à informação disponível sobre a situação económica e financeira do Novo Banco, a capitalização foi registada como transferência de capital a favor do mesmo.

Estando o Novo Banco integrado no setor das Sociedades Financeiras, a transferência de capital, que afeta negativamente o saldo do setor das AP, tem o efeito simétrico sobre o saldo do setor das Sociedades Financeiras.

Em contrapartida, os pagamentos deste setor ao Fundo de Resolução, entidade incluída no setor das AP, continuarão a afetar positivamente o saldo das AP e negativamente o saldo das Sociedades Financeiras.

Quadro 3: Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas no ano acabado no trimestre

	2014T2	2014T3	2014T4	2015T1	2015T2
Receitas totais	77.720,7	78.712,5	77.230,8	77.675,6	78.272,0
Receita corrente	75.964,6	76.912,0	75.785,8	76.211,0	76.768,1
Impostos sobre o rendimento e património	19.502,2	19.981,9	18.973,7	18.914,4	18.904,1
Impostos sobre a produção e importação	24.188,2	24.556,3	24.592,6	25.026,1	25.488,1
Contribuições sociais	20.627,2	20.837,0	20.370,8	20.596,9	20.854,4
Vendas	6.563,8	6.492,0	6.531,0	6.472,5	6.560,2
Outras receitas correntes	5.083,3	5.044,8	5.317,7	5.201,1	4.961,3
Receitas de capital	1.756,1	1.800,5	1.445,0	1.464,6	1.503,9
Despesa totais	85.682,7	91.485,1	89.676,9	90.158,2	89.524,4
Despesa corrente	80.019,9	80.914,1	79.287,5	79.677,0	79.841,5
Prestações sociais	34.553,3	35.253,7	34.106,3	34.105,6	34.172,1
Despesas com pessoal	21.345,2	21.481,4	20.494,6	20.609,1	20.697,8
Juros	8.280,1	8.408,9	8.502,3	8.550,4	8.452,8
Consumo intermédio	9.768,6	9.816,0	10.079,2	10.213,3	10.324,6
Subsídios	1.162,5	1.160,7	1.209,7	1.213,1	1.183,4
Outra despesa corrente	4.910,1	4.793,3	4.895,4	4.985,6	5.010,9
Despesa de capital	5.662,8	10.571,1	10.389,4	10.481,2	9.682,9
Investimento ⁽¹⁾	3.543,4	3.487,7	3.578,5	3.588,0	3.859,0
Outra despesa de capital	2.119,5	7.083,4	6.810,8	6.893,2	5.823,9
Saldo corrente	-4.055,2	-4.002,1	-3.501,8	-3.466,1	-3.073,4
Saldo total	-7.962,0	-12.772,6	-12.446,2	-12.482,6	-11.252,4
<i>Por Memória:</i>					
Despesa corrente primária	71.739,76	72.505,15	70.785,21	71.126,61	71.388,70
Produto Interno Bruto, a preços de mercado	172.364,93	173.575,91	173.446,19	174.908,37	176.400,01
Défice em % PIB	-4,6%	-7,4%	-7,2%	-7,1%	-6,4%

Quadro 4: Taxas de variação das Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas ao ano acabado no trimestre

	2014T2	2014T3	2014T4	2015T1	2015T2
Receitas totais	0,6	1,3	-1,9	0,6	0,8
Receita corrente	0,9	1,2	-1,5	0,6	0,7
Impostos sobre o rendimento e património	-0,4	2,5	-5,0	-0,3	-0,1
Impostos sobre a produção e importação	2,4	1,5	0,1	1,8	1,8
Contribuições sociais	1,5	1,0	-2,2	1,1	1,3
Vendas	0,0	-1,1	0,6	-0,9	1,4
Outras receitas correntes	-2,5	-0,8	5,4	-2,2	-4,6
Receitas de capital	-10,1	2,5	-19,7	1,4	2,7
Despesa totais	2,0	6,8	-2,0	0,5	-0,7
Despesa corrente	0,9	1,1	-2,0	0,5	0,2
Prestações sociais	-0,3	2,0	-3,3	0,0	0,2
Despesas com pessoal	2,2	0,6	-4,6	0,6	0,4
Juros	0,1	1,6	1,1	0,6	-1,1
Consumo intermédio	0,0	0,5	2,7	1,3	1,1
Subsídios	6,9	-0,2	4,2	0,3	-2,4
Outra despesa corrente	5,5	-2,4	2,1	1,8	0,5
Despesa de capital	20,1	86,7	-1,7	0,9	-7,6
Investimento ⁽¹⁾	-9,1	-1,6	2,6	0,3	7,6
Outra despesa de capital	158,9	234,2	-3,8	1,2	-15,5

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas cessões ativos não financeiros não produzidos

Quadro 5: Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas

	2º trimestre de 2014		2º trimestre de 2015		Taxas de variação(%)
	milhões de euros	% PIB	milhões de euros	% PIB	
Receitas totais	18.907,0	43,2	19.503,4	43,1	3,2
Receita corrente	18.574,6	42,4	19.131,7	42,2	3,0
Impostos sobre o rendimento e património	4.329,3	9,9	4.318,9	9,5	-0,2
Impostos sobre a produção e importação	5.963,5	13,6	6.425,5	14,2	7,7
Contribuições sociais	5.194,7	11,9	5.452,3	12,0	5,0
Vendas	1.583,5	3,6	1.671,3	3,7	5,5
Outras receitas correntes	1.503,5	3,4	1.263,7	2,8	-16,0
Receitas de capital	332,4	0,8	371,7	0,8	11,8
Despesas totais	21.807,1	49,8	21.173,3	46,8	-2,9
Despesa corrente	19.817,3	45,2	19.981,7	44,1	0,8
Prestações sociais	8.086,4	18,5	8.152,9	18,0	0,8
Despesas com pessoal	5.681,1	13,0	5.769,8	12,7	1,6
Juros	2.029,8	4,6	1.932,2	4,3	-4,8
Consumo intermédio	2.492,5	5,7	2.603,8	5,7	4,5
Subsídios	310,8	0,7	281,0	0,6	-9,6
Outra despesa corrente	1.216,7	2,8	1.242,0	2,7	2,1
Despesa de capital	1.989,8	4,5	1.191,5	2,6	-40,1
Investimento ⁽¹⁾	587,3	1,3	858,4	1,9	46,2
Outra despesa de capital	1.402,5	3,2	333,1	0,7	-76,2
Saldo corrente	-1.242,7	-2,8	-850,0	-1,9	
Saldo total	-2.900,1	-6,6	-1.669,9	-3,7	

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas cessões ativos não financeiros não produzidos

Quadro 6: Passagem de saldos de Contabilidade Pública a Contabilidade Nacional

	Unid: milhões euro	
	2014S1	2015S1
Saldo em contabilidade pública:	-4.069,1	-3.901,2
Ajustamento accrual e delimitação setorial em Contas Nacionais	807,0	1.644,9
Diferença entre juros pagos e devidos	325,4	531,1
Outros valores a receber:	-311,3	-204,4
<i>Ajust. temporal de impostos e contribuições</i>	-334,8	-246,4
<i>Outros</i>	23,5	42,0
Outros valores a pagar:	121,0	-375,2
<i>Encargos assumidos e não pagos</i>	85,7	-254,2
<i>Outros</i>	35,3	-121,0
Outros ajustamentos:	-2.159,7	-1.788,0
<i>dos quais:</i>		
<i>Injeções de capital e assunção de dívidas</i>	-1.319,7	-2.217,1
Saldo em contabilidade nacional :	-5.286,7	-4.092,9
PIB Trimestral	84.986,9	87.940,7
Em % do PIB	-6,2%	-4,7%

Economia nacional: Rendimento Nacional Bruto aumentou 0,6%

No 2º trimestre de 2015, o Rendimento Nacional Bruto (RNB) registou uma variação nominal de 0,6%, taxa inferior em 0,3 p.p. à do PIB nominal. Para este resultado contribuiu o agravamento do saldo dos rendimentos de propriedade (juros e dividendos) com o exterior, observando-se taxas de variação de -0,3% nos rendimentos recebidos e 2,7% nos rendimentos pagos ao exterior.

Quadro 7: PIB, RNB e RDB no ano acabado no trimestre

Ano acabado no trimestre	PIB		RNB		RDB	
	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)
2008T3	179 098	0,6	172 232	0,3	173 742	0,4
2008T4	178 873	-0,1	171 910	-0,2	173 720	0,0
2009T1	177 212	-0,9	169 999	-1,1	171 638	-1,2
2009T2	176 030	-0,7	168 797	-0,7	170 267	-0,8
2009T3	175 544	-0,3	169 086	0,2	170 186	0,0
2009T4	175 448	-0,1	169 024	0,0	169 934	-0,1
2010T1	177 312	1,1	171 224	1,3	172 152	1,3
2010T2	178 333	0,6	172 102	0,5	173 214	0,6
2010T3	179 365	0,6	172 541	0,3	173 819	0,3
2010T4	179 930	0,3	173 878	0,8	174 987	0,7
2011T1	179 514	-0,2	174 402	0,3	175 649	0,4
2011T2	178 996	-0,3	174 281	-0,1	175 543	-0,1
2011T3	178 022	-0,5	174 335	0,0	175 654	0,1
2011T4	176 167	-1,0	172 772	-0,9	174 098	-0,9
2012T1	174 821	-0,8	170 486	-1,3	171 807	-1,3
2012T2	172 001	-1,6	167 737	-1,6	168 946	-1,7
2012T3	170 371	-0,9	165 906	-1,1	167 063	-1,1
2012T4	168 398	-1,2	164 317	-1,0	165 851	-0,7
2013T1	167 663	-0,4	164 382	0,0	165 954	0,1
2013T2	168 044	0,2	165 472	0,7	167 263	0,8
2013T3	168 869	0,5	166 374	0,5	168 206	0,6
2013T4	170 269	0,8	167 975	1,0	169 808	1,0
2014T1	170 764	0,3	168 440	0,3	170 542	0,4
2014T2	172 365	0,9	169 920	0,9	171 892	0,8
2014T3	173 576	0,7	171 741	1,1	173 812	1,1
2014T4	173 446	-0,1	171 119	-0,4	173 292	-0,3
2015T1	174 908	0,8	172 474	0,8	174 702	0,8
2015T2	176 400	0,9	173 468	0,6	175 554	0,5

O Rendimento Disponível Bruto da Nação (RDB) registou um aumento de 0,5% no 2º trimestre de 2015, enquanto a despesa de consumo final da economia (que engloba as despesas de consumo final das Famílias e das AP) aumentou 0,9%. A poupança corrente da economia registou uma diminuição de 2,0%, o que determinou a redução da capacidade de financiamento para 1,3% do PIB (menos 0,6 p.p. que no trimestre anterior).

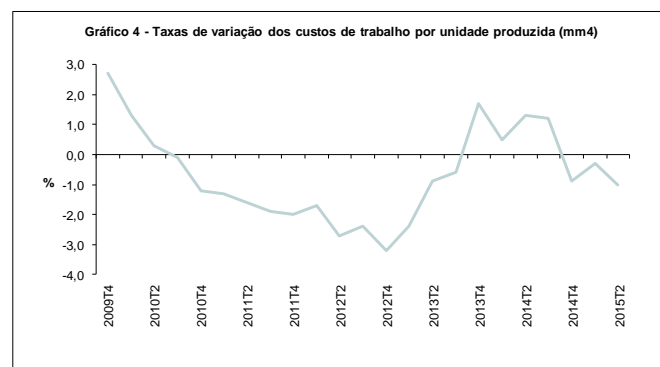
A FBC para o total da economia situou-se em 15,1% do PIB no 2º trimestre de 2015 (mais 0,2 p.p. que no trimestre anterior).

Quadro 8 - Poupança e Capacidade/necessidade de financiamento unidade: % do PIB

Ano acabado no trimestre	Poupança Bruta	Saldo das transferências de capital com o Resto do Mundo	Formação Bruta de Capital	Capacidade/necessidade líquida de financiamento
2008T3	11,2	-0,8	23,8	-11,7
2008T4	11,0	-0,9	23,6	-11,4
2009T1	10,4	-0,8	22,8	-11,4
2009T2	10,4	-1,1	22,0	-10,3
2009T3	10,9	-1,2	21,4	-9,2
2009T4	10,7	-1,1	20,8	-9,0
2010T1	11,3	-1,0	21,1	-8,8
2010T2	10,9	-0,9	21,4	-9,5
2010T3	10,5	-1,0	20,9	-9,5
2010T4	10,8	-1,3	21,1	-9,0
2011T1	11,3	-1,5	20,9	-8,1
2011T2	11,9	-1,4	20,4	-7,0
2011T3	12,8	-1,5	20,0	-5,7
2011T4	13,1	-1,4	18,6	-4,0
2012T1	12,6	-1,6	17,6	-3,3
2012T2	13,0	-1,7	16,6	-1,8
2012T3	12,8	-1,8	15,5	-0,8
2012T4	13,7	-2,0	15,7	0,0
2013T1	14,3	-1,8	15,1	1,0
2013T2	15,0	-1,8	14,8	2,0
2013T3	15,2	-1,7	14,8	2,1
2013T4	15,4	-1,5	14,6	2,3
2014T1	15,5	-1,6	14,9	2,1
2014T2	15,3	-1,5	15,1	1,8
2014T3	15,7	-1,5	15,1	2,2
2014T4	15,4	-1,3	15,1	1,7
2015T1	15,4	-1,3	14,9	1,9
2015T2	15,0	-1,3	15,1	1,3

Custos do trabalho por unidade produzida (CTUP) diminuíram

No 2º trimestre de 2015, os CTUP diminuíram 1,0% (redução de 0,3% no trimestre anterior) em consequência da redução de 1,3% da remuneração média, que mais que compensou a diminuição da produtividade.



Revisões das estimativas apresentadas no trimestre anterior

As Contas Trimestrais por Sector Institucional agora apresentadas incorporam nova informação com as consequentes revisões das estimativas anteriores de alguns agregados. Relativamente à publicação anterior, referente ao 1º trimestre de 2015, são de destacar:

- i. A compilação de resultados finais relativos a 2013, estando disponíveis dados detalhados por ramo de atividade e por setores institucionais, que teve consequências nas estimativas trimestrais para 2013 e seguintes.

As Contas Nacionais para o total da economia e por setor institucional relativas ao ano de 2013 utilizam um vasto conjunto de fontes estatísticas na sua compilação, que permite melhorar as estimativas anteriormente disponíveis. A Informação Empresarial Simplificada (IES) constitui uma fonte de informação fundamental para o setor das sociedades não financeiras. Destacam-se como principais impactos da integração da informação da IES, a revisão em alta dos rendimentos de propriedade pagos e recebidos pelas sociedades não financeiras e do valor acrescentado gerado no setor. Em ambos os casos, tal determinou uma melhoria no saldo das sociedades não financeiras. O agravamento do saldo das famílias foi devido à deterioração do saldo dos rendimentos de propriedade e, em menor grau, à diminuição das prestações sociais recebidas.

- ii. Revisões das Contas Nacionais Trimestrais (CNT) em parte refletindo as alterações introduzidas com as Contas Nacionais Anuais

detalhadas para 2013, bem como da integração de informação atualizada para o setor das Administrações Públicas e do comércio internacional de bens e serviços para 2013 e anos seguintes (ver destaque sobre as Contas Nacionais Anuais 2013).

- iii. Incorporação da informação trimestral sobre as sociedades financeiras, proveniente do Banco de Portugal, e que passou a incluir 1200 milhões de euros em contribuições extraordinárias para fundos de pensões no 4º trimestre de 2014, com um impacto negativo sobre o saldo das Sociedades Financeiras e positivo no das Famílias.
- iv. Os resultados agora publicados refletem a inclusão de 4,9 mil milhões de euros relativos à capitalização do Novo Banco como transferência de capital, ocorrida no 3º trimestre de 2014, com impacto negativo no setor das Administrações Públicas e positivo no setor das Sociedades Financeiras.
- v. Atualização do saldo do Resto do Mundo, em consequência da revisão da série da Balança de Pagamentos para o período 2011-2014. Note-se que as revisões nos saldos dos diversos setores internos refletem também a revisão no saldo do Resto do Mundo.

O quadro seguinte sintetiza, para o ano de 2013, as principais revisões ocorridas face à versão anterior.

A principal revisão a destacar em 2013 é a melhoria em cerca de 860 milhões de euros no saldo no setor das Sociedades Não Financeiras, em contraste com as Famílias (-1101 milhões de euros). As principais operações que estão na origem das revisões são: i) a revisão em alta do VAB das sociedades, em 1279

milhões de euros; ii) o saldo dos rendimentos de propriedade das Famílias, revisto em -713 milhões de euros em benefício das Sociedades Financeiras e do Resto do Mundo; iii) e o investimento por parte das

Sociedades Não Financeiras, revisto em alta em 247 milhões de euros, em resultado da revisão da conta de bens e serviços.

Revisões na Capacidade (+) /Necessidade (-) de Financiamento e principais componentes

Un.: 10⁶ Euros

		2013			
		S11	S12	S1M	S2
Capacidade (+) /Necessidade (-) de Financiamento	Dados provisórios	1.533	3.507	7.300	-4.159
	Dados finais	2.393	3.599	6.200	-3.946
	Diferença	860	91	-1.101	214
Remunerações dos empregados Pagas (D1E)	Dados provisórios	44.935	4.159	5.905	337
	Dados finais	45.065	4.110	5.788	337
	Impacto no saldo	-130	49	117	0
Remunerações dos empregados Recebidas (D1R)	Dados provisórios			76.024	371
	Dados finais			76.246	371
	Impacto no saldo			222	0
Saldo Rendimentos de Propriedade (D4R - D4E)	Dados provisórios	-10.193	1.750	11.029	3.637
	Dados finais	-10.260	2.070	10.316	4.013
	Impacto no saldo	-67	321	-713	376
Formação Bruta de Capital (P5)	Dados provisórios	14.592	670	5.681	
	Dados finais	14.838	815	5.517	
	Impacto no saldo	-247	-145	163	

S.11-Sociedades não financeiras; S.1M - Famílias e Instituições Sem Fim Lucrativo;
S.2 - Resto do Mundo

Em 2014, destaca-se o agravamento do saldo das Administrações Públicas, devido ao registo como transferência de capital da capitalização do Novo Banco, por contrapartida de uma melhoria do saldo das Sociedades Financeiras, setor onde o Novo Banco se encontra classificado. O impacto deste registo foi

parcialmente compensado pelo efeito da incorporação de nova informação sobre contribuições extraordinárias para fundos de pensões efetuadas pelo setor das Sociedades Financeiras. Estas contribuições afetam positivamente o saldo do setor das Famílias que, em consequência, foi revisto em alta.

Nota metodológica

Os resultados têm uma natureza preliminar dado que a informação de base utilizada está sujeita a revisões, e o tratamento de algumas transações pode ainda ser alterado nomeadamente com a incorporação da informação resultante da compilação de contas anuais.

As CTSI diferem das Contas Nacionais Trimestrais por não serem ajustadas de sazonalidade. Caso nada seja indicado em contrário, a análise descritiva e os gráficos apresentados referem-se ao ano acabado no trimestre de referência (o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares). Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano acabado no trimestre precedente. As CTSI são apresentadas exclusivamente em termos nominais.

Os agregados estimados baseiam-se no Sistema Europeu de Contas (SEC 2010), sendo de destacar as definições seguintes:

Capacidade/necessidade de financiamento - A capacidade ou a necessidade de financiamento é o montante líquido dos recursos que o setor institucional coloca à disposição dos restantes setores (se for positivo) ou que recebe dos restantes setores (se for negativo). Para o total da economia, a capacidade ou a necessidade de financiamento é igual, mas de sinal contrário, à necessidade ou à capacidade de financiamento do resto do mundo.

Consumo Final – O consumo final corresponde à despesa realizada por unidades institucionais com a aquisição de bens e serviços para satisfação direta de necessidades humanas, quer individuais, quer coletivas.

Custos do trabalho por Unidade Produzida (CTUP) – Mede o custo médio do trabalho por unidade produzida e é calculado como o rácio entre a remuneração média por trabalhador remunerado e o PIB real por indivíduo empregado.

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) – A formação bruta de capital fixo (P.51) engloba as aquisições líquidas de cessões, efetuadas por produtores residentes, de ativos fixos durante um determinado período e ainda determinados acréscimos ao valor de ativos não produzidos obtidos através da atividade produtiva de unidades de produção ou institucionais. Os ativos fixos são ativos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período superior a um ano.

Formação Bruta de Capital (Investimento) – A Formação Bruta de Capital (ou Investimento) inclui a FBCF, a Variação de Existências e a Aquisição (líquida de cessões) de Objetos de Valor.

Rendimento disponível – Corresponde ao valor que cada setor institucional dispõe para afetar à despesa de consumo final ou à poupança.

Rendimento Nacional Bruto (RNB) – O rendimento nacional bruto (a preços de mercado), representa o conjunto dos rendimentos primários recebidos pelas unidades institucionais residentes: remunerações de empregados, impostos sobre a produção e importação líquidos de subsídios, rendimentos de propriedade (a receber menos a pagar), excedentes de exploração (brutos ou líquidos) e rendimento misto (bruto ou líquido).

Rendimentos de propriedade – Corresponde aos rendimentos a receber pelo proprietário de um ativo financeiro ou de um ativo não produzido corpóreo para remunerarem o facto de pôr fundos ou o ativo não produzido corpóreo à disposição de outra unidade institucional.

Poupança – É a parte do rendimento disponível que não é afeta à despesa de consumo final. Se a poupança é positiva, o rendimento não despendido é consagrado à aquisição de ativos ou à redução de passivos. Se a poupança é negativa, certos ativos são liquidados ou certos passivos aumentam.

Produto Interno Bruto (PIB) – O produto interno bruto a preços de mercado representa o resultado final da atividade de produção das unidades produtivas residentes. Pode ser definido de três formas: 1) o PIBpm é igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes setores institucionais ou ramos de atividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos (que não sejam afetados aos setores e ramos de atividade) – ótica da produção; 2) o PIBpm é igual à soma dos empregos finais internos de bens e serviços (consumo final efetivo, formação bruta de capital), mais as exportações e menos as importações de bens e serviços – ótica da despesa; 3) o PIB é igual à soma dos empregos da conta de exploração do total da economia (remunerações dos trabalhadores, impostos sobre a produção e importações menos subsídios, excedente bruto de exploração e rendimento misto do total da economia) – ótica do rendimento.

Sector institucional – O setor institucional agrupa as unidades institucionais que têm um comportamento económico similar. As unidades institucionais são classificadas em setores tendo como base o tipo de produtor que são e dependendo da sua atividade principal e função, sendo estes considerados como indicativos do comportamento económico das unidades. Cada unidade institucional pertence a um único setor.

Taxa de investimento – Representa o rácio entre a Formação bruta de capital fixo e o Valor acrescentado bruto.

Taxa de poupança das Famílias – A taxa de poupança mede a parte do rendimento disponível que não é utilizado em consumo final, sendo calculada através do rácio entre a poupança bruta e o rendimento disponível, ajustado com a variação da participação líquida das famílias nos fundos de pensões.

Saldo das AP em contabilidade nacional e em contabilidade pública

No apuramento do défice orçamental na ótica das Contas Nacionais é necessário proceder a um conjunto de ajustamentos aos resultados apurados em Contabilidade Pública. A Contabilidade Pública obedece a uma ótica de caixa, registando-se todas as despesas que são pagas no período contabilístico. Em Contas Nacionais registam-se os encargos assumidos num determinado período contabilístico independentemente do seu pagamento ocorrer noutro período. Simetricamente excluem-se pagamentos respeitantes a encargos assumidos noutros períodos. Outro importante ajustamento efetuado está relacionado com a delimitação setorial do setor das AP, onde são incluídas entidades que não estão integradas no saldo em Contabilidade Pública mas que pertencem ao setor institucional das AP na ótica das Contas Nacionais e são retiradas entidades que não integram esse setor, mas estão incluídas no saldo em Contabilidade Pública. Finalmente há operações que, de acordo com o quadro conceptual das Contas Nacionais, têm uma classificação específica, nomeadamente alguns casos em que a aquisição por entidades das AP de participações de capital de outras entidades são contabilizadas como transferências de capital e não como operações financeiras, sendo necessário proceder aos ajustamentos correspondentes.